

PAULO DE TARSO MORAIS FILHO
Procurador-Geral de Justiça

MÁRIO DRUMMOND DA ROCHA
Corregedor-Geral do Ministério Públco

ROLANDO CARABOLANTE
Ouvidor do Ministério Públco

REVVANI JABOUR RIBEIRO
Procuradora-Geral de Justiça Adjunta Jurídica

IRAIDES DE OLIVEIRA MARQUES
Procuradora-Geral de Justiça Adjunta Administrativa

HUGO BARROS DE MOURA LIMA
Procurador-Geral de Justiça Adjunto Institucional

FRANCISCO CHAVES GENEROSO
Chefe de Gabinete

THIAGO FERRAZ DE OLIVEIRA
Secretário-Geral

ANA PAULA MOREIRA GURGEL
Diretora-Geral

CIRCULAÇÃO IRRESTRITA - TERÇA-FEIRA, 13 DE JANEIRO DE 2026

O Diário Oficial Eletrônico do Ministério Públco do Estado de Minas Gerais-DOMP/MG, instituído pela Resolução PGJ n.º 1, de 6 de janeiro de 2014, com fundamento no parágrafo único do art. 1.º da Lei Estadual n.º 19.429, de 11 de janeiro de 2011, é veiculado, sem custos, no sítio do Ministério Públco do Estado de Minas Gerais (www.mpmg.mp.br) na rede mundial de computadores (Internet). O DOMP/MG é o instrumento oficial de publicação, divulgação e comunicação dos atos processuais, procedimentais e administrativos do Ministério Públco do Estado de Minas Gerais e substitui a versão impressa das publicações oficiais. Sua publicação atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públcas Brasileira (ICP-Brasil), instituída pela MP-2.200-2/2001.

▲ ATOS ADMINISTRATIVOS

▲ PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

RESOLUÇÃO CONJUNTA PGJ CGMP N.º 1, DE 12 DE JANEIRO DE 2026.

Altera a Resolução Conjunta PGJ CGMP n.º 1, de 28 de janeiro de 2025, que dispõe sobre a manifestação do Ministério Públco em escrituras públcas de inventário e partilha extrajudiciais com crianças, adolescentes ou incapazes, nos termos da Resolução CNMP n. 301, de 12 de novembro de 2024.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 18, incisos XI e XII da Lei Complementar n.º 34, de 12 de setembro de 1994, e o CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no exercício das atribuições previstas no art. 39, XXV, da Lei Complementar Estadual n.º 34, de 12 de setembro de 1994,

RESOLVEM:

Art. 1º O 'caput' do art. 8º e o art. 9º, ambos da Resolução Conjunta PGJ CGMP n.º 1, de 28 de janeiro de 2025, passam a vigorar com a seguinte redação, respectivamente:

'Art. 8º Caso a manifestação do Ministério Públco seja desfavorável, o Tabelião de Notas emitirá certidão com anotação da discordância do Promotor de Justiça, orientando a parte interessada à adoção das providências para a propositura do inventário judicial, perante o juízo competente, nos termos do provimento do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais que regula a matéria.

(...)

'Art. 9º Lavrada a escritura nos termos desta Resolução Conjunta, o Tabelião de Notas deverá remeter seu traslado ao membro do Ministério Públco, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sem prejuízo do Tabelião de Notas encaminhar o expediente ao respectivo representante da criança, adolescente ou incapaz herdeiro ou sucessor, nos termos do § 3º do art. 12-A da Resolução n.º 35, de 24 de abril de 2007, do Conselho Nacional de Justiça.'

Art. 2º Revoga-se o §3º do art. 8º da Resolução Conjunta PGJ CGMP n.º 1, de 28 de janeiro de 2025.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 12 de janeiro de 2026.

PAULO DE TARSO MORAIS FILHO

English Language Institute. Valor: sem ônus aos partícipes. Vigência: 21/10/25 a 20/10/30.

► PROCURADORA-GERAL ADJUNTA ADMINISTRATIVA

HOMOLOGAÇÃO

Número do processo: 232 / Ano: 2025

Unidade: 1091012

Processo no Sistema Eletrônico de Informações (SEI): 19.16.2372.0058619/2025-34

Objeto: Aquisição de telhas para construção de viveiros

Modalidade: Pregão eletrônico

Homologo o resultado do julgamento deste processo, no qual foi vencedor e adjudicatário o licitante:

Lote 1: Mercearia Indianópolis LTDA.

CNPJ 17.263.096/0001-83

Valor (total) adjudicado: R\$11.752,80

Belo Horizonte, 12 de janeiro de 2026.

Iraídes de Oliveira Marques

Procuradora-Geral de Justiça Adjunta Administrativa

Ata de Registro de Preços nº 02/2026 – decorrente do Planejamento nº 269/2025, SEI nº 19.16.3913.0057127/2025-34. Objeto: registro de preços para a eventual e futura aquisição de cadeiras operacionais, conforme especificações, exigências e quantidades estabelecidas no Termo de Referência, pela Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, órgão gerenciador, e, se for o caso, pelos órgãos participantes.

Preços Registrados:

Lote Único: item 1: Cadeira operacional, modelo presidente, quantidade total estimada: 450 unidades, valor total estimado: R\$611.275,50; item 2: Cadeira operacional, modelo diretor, quantidade total estimada: 4.500 unidades, valor total estimado: R\$5.502.150,00. Rhodes S/A.

Vigência: 01 (um) ano a contar da data da sua publicação.

Data da assinatura: 09/01/2026.

A íntegra da ata encontra-se à disposição dos interessados no site: www.mpmg.mp.br no link “Ligações/Registro de Preços”.